

RESOLUÇÃO Nº 049/2023
(Publicada no Diário Oficial de 15/04/2023)

Retificada e Ratificada pela Resolução nº 120/24.

Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à BIA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, e alterações e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2022.0004100-55,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à BIA INDÚSTRIA DE CALÇADOS LTDA., CNPJ nº 48.619.385/0001-04 e IE nº 201.005.435ME, instalada no município de Conceição do Coité, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas calçados, polainas e acessórios (NCM 6404) e bolsas, carteiras, roupas, cintos e acessórios (NCM 4202 e 4203), com prazo de benefício contado a partir de 1º de março de 2023 até 31 de dezembro de 2032.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 120, de 05/09/24, DOE de 14/09/24, efeitos a partir de 14/09/24.

Redação originária, efeitos até 13/09/24:

“I - Crédito Presumido - fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas calçados, com prazo de benefício contado a partir de 1º de março de 2023 até 31 de dezembro de 2032.”

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

III - Autorização para utilizar o Crédito Presumido sobre a parcela do valor do produto correspondente à industrialização ocorrida fora do estabelecimento do contribuinte, nas remessas internas, com base no §12, art. 1º do Decreto nº 6.734/97.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 1º pela Resolução nº 120, de 05/09/24, DOE de 14/09/24, efeitos a partir de 14/09/24.

IV - Autorização para utilizar o crédito presumido sobre a parcela do valor do produto correspondente do valor do serviço prestado por terceiros, nas dependências da empresa, não havendo remessas à industrialização, com base no §12, art. 1º do Decreto nº 6.734/97.

Nota: O inciso IV foi acrescentado ao art. 1º pela Resolução nº 120, de 05/09/24, DOE de 14/09/24, efeitos a partir de 14/09/24.

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 21 de março de 2023.

147ª Reunião Ordinária do Probahia

ÂNGELO MÁRIO CERQUEIRA DE ALMEIDA
Presidente